



# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário - Área Apoio Especializado**  
**Especialidade Assistência Social**



Prova Cargo G07, Tipo 2  
000000000000000000  
00001-001-002

Nº de Inscrição  
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Setembro/2004  
020301

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Instruções:** Para responder às questões de números 1 a 6 considere o texto abaixo.

- 1 *A expressão “indústria da cultura” foi provavelmente utilizada pela primeira vez no livro **Dialética do Iluminismo** que Horkheimer e eu publicamos em Amsterdan, em 1947. Nas versões iniciais, falava-se de “cultura de massas”.*
- 5 *Substituímos esta expressão por “indústria da cultura”, a fim de excluir, logo de início, a interpretação que convém aos advogados daquela, ou seja, que se trataria de qualquer coisa como uma cultura que surge espontaneamente das próprias massas, a forma contemporânea da arte popular.*
- 10 *A indústria da cultura encontra-se nos antípodas de tal concepção. Ela reorganiza o que há muito se tornou um hábito, dotando-o de uma nova qualidade. Em todos os setores, os produtos são fabricados mais ou menos segundo um plano, talhados para o consumo das massas e, em larga medida, determinando eles próprios esse consumo. Os setores individuais assemelham-se quanto à estrutura ou, pelo menos, articulam-se entre si. Integram-se no sistema de forma ordenada e praticamente sem falhas, processo que fica a dever tanto aos recursos atuais da*
- 20 *tecnologia como à concentração econômica e administrativa. A indústria da cultura é a integração propositada de seus consumidores, a partir de cima. Ela impõe igualmente a junção do domínio específico da arte maior e o da arte menor, domínios que estiveram separados durante séculos.*
- 25 *Junção que é desvantajosa para ambos. A seriedade da arte maior perece na especulação sobre os efeitos que produz; a coação civilizacional destrói, por seu turno, o elemento de resistência rebelde que era inerente à arte menor quando o controle da sociedade não era ainda total.*
- 30 *Se bem que a especulação da indústria da cultura acerca do estado de consciência ou inconsciência dos milhões de pessoas a quem se dirige seja um fato incontestável, as massas não representam uma realidade primária, mas constituem-se antes como objeto secundário e calculado,*
- 35 *um apêndice da engrenagem. O cliente não é rei, como a indústria da cultura gostaria de fazer crer; não é o seu sujeito, mas sim o objeto.*

(Adaptado de ADORNO, Theodor W. Breves considerações acerca da indústria da cultura. In: **Sobre a indústria da cultura**. Coimbra: Ângelus Novus, 2003, p. 97-8)

1. Nas linha iniciais do texto,
- (A) está expressa a idéia de que a substituição feita pelos autores não se deu pela revisão da natureza do fenômeno designado, mas para não favorecer certo tipo de leitura do fato.
- (B) o livro de Horkheimer foi citado como comprovação da idéia cabalmente estabelecida de que a expressão “indústria da cultura” é inovadora.
- (C) é apresentado de maneira assertiva o fato de que outros autores que antecederam a **Dialética** faziam uso da expressão “cultura de massas”, opondo-a a “indústria da cultura”.
- (D) a palavra *que* (7ª linha), que introduz o segmento *se trataria de qualquer coisa (...) da arte popular*, tem como antecedente o pronome *daquela*.
- (E) o cotejo estabelecido pela palavra *como* (8ª linha) esclarece a distinção entre “cultura de massas” e “forma contemporânea da arte popular”, tal como proposta pelos defensores da primeira expressão.
2. A frase *A indústria da cultura encontra-se nos antípodas de tal concepção*, no contexto, deve ser entendida da seguinte maneira:
- (A) “cultura de massas” e “forma contemporânea da arte” são manifestações que, embora em extremidades opostas, não apresentam a contradição que o autor vê na aproximação dos termos “indústria” e “da cultura”.
- (B) o modo como a indústria cultural se estrutura na contemporaneidade opõe-se diametralmente ao modo espontâneo como as massas se expressavam anteriormente.
- (C) a concepção de que a cultura de massas é qualquer coisa que implique manifestação de arte reverte o sentido que se dava à expressão, sendo-lhe acrescentada a qualidade de “popular”.
- (D) o modo como o autor do texto compreende a indústria da cultura é incompatível com o entendimento de que ela se constitui de manifestações espontâneas das massas.
- (E) a interpretação que o autor do texto propõe como correta para a expressão “indústria da cultura” contrapõe-se à idéia de que existe uma forma contemporânea de arte popular.

3. *Integram-se no sistema de forma ordenada e praticamente sem falhas, processo que fica a dever tanto aos recursos atuais da tecnologia como à concentração econômica e administrativa. A indústria da cultura é a integração propositada de seus consumidores, a partir de cima. Ela impõe igualmente a junção do domínio específico da arte maior e o da arte menor, domínios que estiveram separados durante séculos. Junção que é desvantajosa para ambos. A seriedade da arte maior perece na especulação sobre os efeitos que produz; a coação civilizacional destrói, por seu turno, o elemento de resistência rebelde que era inerente à arte menor quando o controle da sociedade não era ainda total.*

Considerando o fragmento acima, e o contexto, assinale a única afirmação INCORRETA.

- (A) No fragmento, está subentendida a idéia de que, sob certas condições, a *resistência rebelde* é elemento intrínseco à *arte menor*.
- (B) Uma possível redação para o segmento grifado, totalmente adequada à norma da gramática prescritiva, seria: “processo que fica em débito quer com os recursos atuais da tecnologia, quer com a concentração econômica e administrativa”.
- (C) A expressão *a partir de cima*, associada a *fabricados mais ou menos segundo um plano*, contribui para a construção do sentido de que a indústria cultural não contempla a espontaneidade das massas.
- (D) O segmento *na especulação sobre os efeitos que produz* expressa noção de processo.
- (E) No fragmento está pressuposto que, em tempos de indústria cultural, o controle da sociedade é completo.

4. *Se bem que a especulação da indústria da cultura acerca do estado de consciência ou inconsciência dos milhões de pessoas a quem se dirige seja um fato incontestável, as massas não representam uma realidade primária, mas constituem-se antes como objeto secundário e calculado, um apêndice da engrenagem.*

No período acima transcrito,

- (A) se a palavra *antes* fosse deslocada, a nova seqüência “mas constituem-se como objeto secundário e calculado, antes, um apêndice da engrenagem” preservaria o sentido original.
- (B) *se bem que* equivale a “tanto que”.
- (C) se houvesse uma vírgula depois de *se bem que*, não haveria prejuízo da norma padrão.
- (D) o emprego da palavra *antes* reforça a idéia de eliminação do que acaba de ser anunciado no primeiro membro coordenado, realizada pelo emprego da conjunção *mas*.
- (E) a palavra *como* tem idêntica natureza e função de *como* encontrado na frase: “As ciências modernas, como a medicina, evoluem rapidamente hoje em dia.”

5. *Ela reorganiza o que há muito se tornou hábito, dotando-o de uma nova qualidade.*

Considerada a frase acima, é correto afirmar:

- (A) se fosse colocada uma vírgula depois da expressão *há muito*, a frase estaria também pontuada de acordo com norma padrão da língua escrita.
- (B) o prefixo que entra na composição de *reorganizar* tem o mesmo valor que o encontrado em “regredir”.
- (C) o pronome relativo *que* (*o que há*) se refere ao antecedente *o* (*o que há*).
- (D) o pronome *o* (*o que há*) é da mesma natureza do encontrado em *dotando-o*.
- (E) *dotando-o de* equivale a “se lhe favorece com”.

6. *O cliente não é rei, como a indústria da cultura gostaria de fazer crer; não é o seu sujeito, mas sim o objeto.*

Levando em conta o contexto, considere as afirmações que seguem sobre o autor e seus procedimentos na frase acima.

























- I. Fazendo uso de linguagem conotativa, expressa sua opinião acerca do lugar que o cliente verdadeiramente ocupa no contexto da indústria cultural.
- II. Recorrendo a frase hipotética, explícita, pelo deslocamento da posição do cliente, o que lhe parece ser a relação entre “aquilo que é” e “aquilo que se deseja fazer parecer que é”.
- III. Estabelecendo uma comparação – articulada pelos elementos grifados na frase acima – evidencia que o cliente não constitui preocupação da indústria cultural, embora esta indústria tente criar a ilusão de que a produção é ditada pela expectativa das massas.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

7. A frase em que são levadas em conta as normas de concordância previstas pela gramática normativa é:

- (A) Atualmente, seja quais forem os produtos culturais à disposição, o que se vende é um consenso geral e acrítico, impostos pela publicidade maciça.
- (B) Aquela específica forma cultural de que falávamos, associada a qualquer outra da mesma região, revelam que se pode esperar muito de grupos a que até agora não foi dado atenção.
- (C) Tudo indica que deve existirem técnicas as mais variadas para se fazer publicidade de produtos da indústria cultural, passível, aliás, de serem descritas.
- (D) Elas tinham consciência de ter à disposição só objetos padronizados, mas acreditavam que haveria situações que lhes favoreceriam a criatividade ou que as obrigassem a tê-la.
- (E) É inevitável, em qualquer contexto, as conjecturas sobre aquilo que poderá ser feito, mas, nesse caso, a dificuldade está em se definirem quais os pontos mais relevantes.

<p>8. A frase totalmente de acordo com as normas da gramática prescritiva, no que se refere à regência, é:</p> <p>(A) Desde o momento que as formas culturais constituíram em ganha-pão dos seus criadores, o mercado começou a agir para ficar propício com elas.</p> <p>(B) Eles estão hesitantes por como apresentar o projeto, pois pensaram, inicialmente, em fazer painel explicativo à maneira como funciona a engrenagem.</p> <p>(C) Nem bem chegou o rapaz, ela divisou-lhe, e, aproximando-se a ele rapidamente, entregou as pastas de cujo conteúdo ele já estava a par.</p> <p>(D) A harmonia do homem e a natureza é algo que todos dependem, embora muitos revelem má vontade para com as coisas naturais simplesmente porque não as conhecem bem.</p> <p>(E) Na sua genuína acepção, a cultura nunca se limitou a reproduzir os desejos dos homens, mas sempre ergueu a sua voz contra as duras condições em que se desenrola a vida.</p>	<p>11. Em uma urna temos 3 bolas azuis, cada uma com 5 cm<sup>3</sup> de volume, 3 cubos pretos, cada um com 2 cm<sup>3</sup> de volume e 1 cubo azul de 3 cm<sup>3</sup> de volume. Retirando-se quatro objetos da urna, sem reposição, necessariamente um deles</p> <p>(A) será preto.</p> <p>(B) terá volume menor do que 3 cm<sup>3</sup>.</p> <p>(C) terá volume maior do que 3 cm<sup>3</sup>.</p> <p>(D) será uma bola.</p> <p>(E) será azul.</p>												
<p>9. A frase totalmente de acordo com a norma padrão da língua escrita é:</p> <p>(A) Muitos maus-entendidos teriam sido evitados, se alguns tivessem pesquisado melhor a questão e houvessem reconhecido que o projeto contém pontos excelentes.</p> <p>(B) Ele requereu que o setor central na indústria da cultura, o cinema, revisse suas práticas, e chegou a pôr sob suspeição métodos que têm suscitado críticas de especialistas.</p> <p>(C) Nem todos quizeram se manifestar, mas os que o fizeram assinalaram o excesso de passivo e a dificuldade de superar a crise, se não sobrevirem boas oportunidades.</p> <p>(D) Se os agentes da cultura não se comporem para evitar os riscos de menosprezo da cultura espontânea, por ceticismo em relação àquilo que ela cria, muito se perderá definitivamente.</p> <p>(E) Repuseram a questão de forma a exigir uma análise profunda de seus vários itens, mas, quando se chegou à tocar no processo de produção cinematográfico, a exitação foi grande.</p>	<p>12. Um certo número de dados de seis faces formam uma pilha única sobre uma mesa. Sabe-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– os pontos de duas faces opostas de um dado sempre totalizam 7;</li> <li>– a face do dado da pilha que está em contato com a mesa é a do número 6;</li> <li>– os pontos das faces em contato de dois dados da pilha são sempre iguais.</li> </ul> <p>Sendo verdadeiras as três afirmações acima, na pilha, a face do dado da pilha mais afastada da mesa</p> <p>(A) necessariamente tem um número par de pontos.</p> <p>(B) necessariamente tem um número de pontos ímpar.</p> <p>(C) tem 6 pontos, se o número de dados da pilha for par.</p> <p>(D) tem 6 pontos, se o número de dados da pilha for ímpar.</p> <p>(E) tem 1 ponto, se o número de dados da pilha for par.</p>												
<p>10. Cada frase abaixo foi reescrita com a substituição do termo grifado por um pronome. Considerando a adequada substituição do pronome e sua devida colocação na frase, de acordo com a norma da gramática prescritiva, há INADEQUAÇÃO em:</p> <p>(A) Amava-a, a <u>Mariana</u>, à mulher dos seus filhos. Amava-a, a ela, à mulher dos seus filhos.</p> <p>(B) Na última cena, a avó tocou as faces <u>da menina</u> com carinho. Na última cena, a avó tocou-lhe as faces com carinho.</p> <p>(C) Pensou em questionar; mas questionamentos, quem admite <u>questionamentos</u>? Pensou em questionar, mas questionamentos, quem os admite?</p> <p>(D) Os pais abaixam-se, seguram a filha pelos membros e erguem-na até <u>eles</u>. Os pais abaixam-se, seguram a filha pelos membros e erguem-na até si.</p> <p>(E) Eu julgava <u>aqueles produtores</u> realizados por terem vencido o festival. Eu lhes julgava realizados por terem vencido o festival.</p>	<p>13. Admita que, a cada semana, um processo seja arquivado em um fórum. Uma proposição aberta, com x sendo um número natural, equivalente à sentença interrogativa “em quantas semanas são arquivados mais de 210 processos nesse fórum?” é:</p> <p>(A) <math>7x &gt; 210</math></p> <p>(B) <math>7x = 210</math></p> <p>(C) <math>7 + x = 210</math></p> <p>(D) <math>210x = 7</math></p> <p>(E) <math>210x &gt; 7</math></p> <p>14. No retângulo abaixo, cada um dos quatro símbolos diferentes representa um número natural. Os números indicados fora do retângulo representam as respectivas somas dos símbolos na linha 2 e nas colunas 2 e 4:</p> <table data-bbox="952 1641 1319 1843"> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;">20</td> <td colspan="2" style="text-align: center;">14</td> </tr> </table> <p>30</p> <p>Conclui-se das informações que o símbolo X representa o número</p> <p>(A) 9</p> <p>(B) 8</p> <p>(C) 7</p> <p>(D) 5</p> <p>(E) 3</p>									20		14	
													
													
20		14											

15. Observe a construção de um argumento:

Premissas: Todos os cachorros têm asas.  
Todos os animais de asas são aquáticos.  
Existem gatos que são cachorros.

Conclusão: Existem gatos que são aquáticos.

Sobre o argumento A, as premissas P e a conclusão C, é correto dizer que

- (A) A é válido se P é verdadeiro e C é falso.
- (B) A não é válido, P é falso e C é verdadeiro.
- (C) A não é válido, P e C são falsos.
- (D) A é válido, P e C são falsos.
- (E) A é válido, P ou C são verdadeiros.

16. Em uma declaração ao tribunal, o acusado de um crime diz:

“No dia do crime, não fui a lugar nenhum. Quando ouvi a campainha e percebi que era o vendedor, eu disse a ele:  
– hoje não compro nada.

Isso posto, não tenho nada a declarar sobre o crime.”

Embora a dupla negação seja utilizada com certa frequência na língua portuguesa como um reforço da negação, do ponto de vista puramente lógico, ela equivale a uma afirmação. Então, do ponto de vista lógico, o acusado afirmou, em relação ao dia do crime, que

- (A) foi a algum lugar, comprou alguma coisa do vendedor e não tem coisas a declarar sobre o crime.
- (B) não foi a lugar algum, não comprou coisa alguma do vendedor e não tem coisas a declarar sobre o crime.
- (C) não foi a lugar algum, comprou alguma coisa do vendedor e tem coisas a declarar sobre o crime.
- (D) foi a algum lugar, comprou alguma coisa do vendedor e tem coisas a declarar sobre o crime.
- (E) foi a algum lugar, não comprou coisa alguma do vendedor e não tem coisas a declarar sobre o crime.

17. Sabe-se que existem pessoas desonestas e que existem corruptos. Admitindo-se verdadeira a frase “Todos os corruptos são desonestos”, é correto concluir que

- (A) existem desonestos que são corruptos.
- (B) quem não é corrupto é honesto.
- (C) existem corruptos honestos.
- (D) alguns honestos podem ser corruptos.
- (E) existem mais corruptos do que desonestos.

18. Um economista deu a seguinte declaração em uma entrevista: “Se os juros bancários são altos, então a inflação é baixa”.

Uma proposição logicamente equivalente à do economista é:

- (A) ou os juros bancários, ou a inflação é baixa.
- (B) se a inflação não é baixa, então os juros bancários não são altos.
- (C) se a inflação é alta, então os juros bancários são altos.
- (D) se os juros bancários não são altos, então a inflação não é baixa.
- (E) os juros bancários são baixos e a inflação é baixa.

19. A correta negação da proposição “todos os cargos deste concurso são de analista judiciário” é:

- (A) os cargos deste concurso são ou de analista, ou no judiciário.
- (B) alguns cargos deste concurso são de analista judiciário.
- (C) existem cargos deste concurso que não são de analista judiciário.
- (D) existem cargos deste concurso que são de analista judiciário.
- (E) nenhum dos cargos deste concurso não é de analista judiciário.

20. Admitindo que certo Tribunal tem 1 800 processos para serem lidos e que cada processo não possui mais do que 200 páginas, é correto afirmar que

- (A) mais de 100 000 páginas serão lidas na realização do serviço.
- (B) não existem 2 processos com o mesmo número de páginas.
- (C) não existe processo com exatamente 9 páginas.
- (D) cada processo tem, em média, 9 páginas.
- (E) existem pelo menos 9 processos com o mesmo número de páginas.

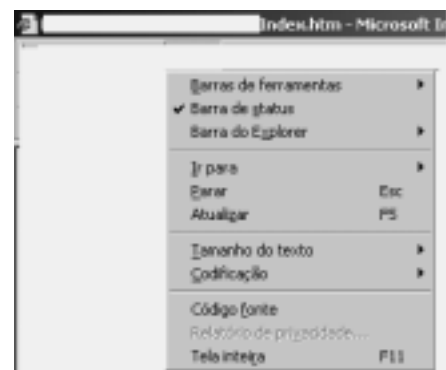
21. A fim de elaborar um documento no Microsoft Word 97, o profissional necessita dividir cada página em três colunas de texto. Para realizar esta operação, uma das possibilidades é a escolha da opção *Colunas...*, pertencente ao menu

- (A) Formatar.
- (B) Exibir.
- (C) Inserir.
- (D) Arquivo.
- (E) Editar.

22. Utilizando-se do sistema operacional Windows 2000, um analista necessita criar uma nova pasta que contenha arquivos. Isto pode ser feito através do Windows Explorer mediante a escolha do menu:

- (A) “Ferramentas”, opção “Novo”, item “Pasta”.
- (B) “Exibir”, opção “Adicionar”, item “Nova Pasta”.
- (C) “Arquivo”, opção “Novo”, item “Pasta”.
- (D) “Favoritos”, opção “Nova”, item “Pasta”.
- (E) “Editar”, opção “Opções de Pasta”, item “Nova Pasta”.

23. Analise:



A figura acima apresenta opções do Internet Explorer, pertencentes ao menu

- (A) Favoritos.
- (B) Exibir.
- (C) Editar.
- (D) Arquivo.
- (E) Ferramentas.

<p>24. No Windows Explorer (do Windows 2000), uma forma alternativa de copiar um arquivo de uma pasta e colá-lo em outra, após selecioná-lo, é utilizar as seguintes teclas combinadas:</p> <p>(A) esc+x para copiá-lo e alt+v para colá-lo.          (B) alt+x para copiá-lo e ctrl+y para colá-lo.          (C) ctrl+x para copiá-lo e alt+v para colá-lo.          (D) shift+v para copiá-lo e alt+c para colá-lo.          (E) ctrl+c para copiá-lo e ctrl+v para colá-lo.</p>	<p>27. Quatro servidores públicos federais, lotados no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, discutem durante o horário de almoço a respeito do prazo legal para o candidato aprovado em concurso público tomar posse, bem como a partir de quando será contado o respectivo prazo. A esse respeito, considere as proposições abaixo.</p> <p>I. O primeiro servidor entende que a posse deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da publicação do ato de provimento, ou seja, do ato de homologação do respectivo concurso.</p> <p>II. O segundo servidor sustenta que o aprovado em concurso público deve tomar posse no dia subsequente ao da publicação do ato de provimento.</p> <p>III. O terceiro desses servidores é favorável ao entendimento de que o candidato aprovado em concurso público deve tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento.</p> <p>IV. O último servidor sustenta que o aprovado em concurso público deve tomar posse no prazo de 7 (sete) dias, contados da publicação do ato de nomeação.</p> <p>É correto o que se contém APENAS em</p> <p>(A) I, mas o prazo pode ser prorrogado por igual período.          (B) IV, mas o prazo pode ser prorrogado por igual período.          (C) III, conforme previsão legal.          (D) II, porque o edital do concurso assim prevê.          (E) I, porém esse prazo é improrrogável.</p>
<p>25. Em uma correspondência eletrônica (<i>e-mail</i>) um profissional lê, no texto, diversas referências. Algumas seguem o padrão geral da internet e outras não. Três dessas referências lidas são:</p> <p>I. lftp\\:qualquer\com.br          II. http://www.qualquer.com          III. qualquer@prov.com.br</p> <p>Ao interpretar tais referências, o profissional deve entendê-las como:</p> <p>(A) I e III fora do padrão internet e II um endereço de <i>e-mail</i>.          (B) I e II fora do padrão internet e III um endereço de <i>site</i> da internet.          (C) I um endereço de <i>e-mail</i>, II um endereço de <i>site</i> da internet e III fora do padrão internet.          (D) I fora do padrão internet, II um endereço de <i>site</i> da internet e III um endereço de <i>e-mail</i>.          (E) I um endereço de <i>site</i> da internet e II e III fora do padrão internet.</p>	<p>28. João, servidor público responsável pela fiscalização em estabelecimentos comerciais, sofreu acidente automobilístico que o deixou impossibilitado de andar e, portanto, de continuar a exercer suas funções. Consequentemente, foi investido em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação sofrida em sua capacidade física. Referido provimento derivado corresponde ao ato denominado</p> <p>(A) disponibilidade.          (B) readaptação.          (C) reversão.          (D) reintegração.          (E) recondução.</p>
<p>26. No que diz respeito ao Ministério Público, considere:</p> <p>I. Dentre as funções institucionais do Ministério Público do Trabalho, encontra-se a de representação judicial das entidades públicas, inclusive daquelas vinculadas à Justiça do Trabalho.</p> <p>II. Os membros do Ministério Público do Trabalho não podem, em nenhuma hipótese, exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública.</p> <p>III. O Ministério Público abrange o Ministério Público da União, que compreende, dentre outros, o Ministério Público do Trabalho.</p> <p>IV. São garantias dos membros do Ministério Público do Trabalho a vitaliciedade, após dois anos de exercício, a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, e, de regra, a irredutibilidade de subsídio.</p> <p>Nesses casos, é correto o que se contém APENAS em</p> <p>(A) I e II.          (B) III e IV.          (C) II e IV.          (D) II e III.          (E) I e III.</p>	<p>29. Waldir Pereira, servidor público federal, foi condenado pela prática de improbidade administrativa por ter frustrado a licitude de concurso público. Diante da decisão judicial transitada em julgado, deverá ser aplicada ao servidor, na esfera administrativa, a penalidade de</p> <p>(A) readaptação.          (B) advertência.          (C) suspensão.          (D) remoção.          (E) demissão.</p> <p>30. Marcelo Valadares é brasileiro nato, enquanto Luigi Biagi é brasileiro naturalizado. Nessas condições, Marcelo e Luigi poderão ocupar, respectivamente, os cargos de</p> <p>(A) Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro do Trabalho e Emprego.          (B) Juiz do Trabalho e Cônsul da Carreira Diplomática.          (C) Ministro da Justiça e Presidente da Câmara dos Deputados.          (D) Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Capitão do Exército.          (E) Procurador-Geral da República e Ministro de Estado da Defesa.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. A questão social está intrinsecamente relacionada à estrutura econômica e social e as condições de trabalho são parte essencial na configuração dessa estrutura. Sendo o trabalho a expressão da atividade humana, a divisão do trabalho pode ser considerada como

- (A) a forma planejada de organização do trabalho dependendo, porém, da integração voluntária dos trabalhadores.
- (B) o respeito às diferenças de gênero (homem/mulher) e de etnias.
- (C) a forma organizada de atribuir tarefas, sendo as mais simples para os trabalhadores menos habilitados.
- (D) o estabelecimento alienado da atividade humana genérica real ou da atividade do homem enquanto ser genérico.
- (E) a condição de tornar o produto mais simples, na medida em que o trabalhador o confeccionará com maior propriedade.

32. A crise da seguridade social dos anos 1980, sob a ótica dos movimentos da economia e da política, indica dois vetores. São eles:

- (A) ações de corrupção no âmbito da previdência e a flexibilização na esfera dos serviços.
- (B) alto grau de especialização e o surgimento de novas profissões.
- (C) diminuição dos postos de trabalho no setor industrial e aumento no setor de serviços.
- (D) surgimento do mercado informal e da previdência privada.
- (E) mudanças no mundo do trabalho e na intervenção do Estado.

33. A concepção de seguridade social vem sendo amplamente discutida no âmbito da profissão do assistente social. Para garantir rigor na qualificação desse conceito, faz-se necessário considerar

- (A) as políticas sociais como espaços que usurpam direitos dos trabalhadores.
- (B) a construção histórica da área da previdência social e seu atual processo de privatização.
- (C) as políticas de seguridade social, como estratégias de ação coletiva que concretizam direitos, vinculados aos valores da igualdade e justiça sociais.
- (D) a ampliação do conceito de seguridade social, com a diversificação das formas de aposentadoria e a inclusão da assistência social como direito universal para todos os brasileiros.
- (E) as políticas de seguridade social, como estratégias de intervenção individual que concretizam direitos e valores de igualdade e justiça sociais.

34. A Lei nº 9.601/98 institui nova forma de contrato de trabalho temporário e estabelece o trabalho flexível. No contexto do barateamento do custo da mão-de-obra, esse contrato pode ser considerado como

- (A) proposta de trabalho, na qual o processo de produção é individualizado e personalizado.
- (B) precarização nas relações formais de trabalho, com a extinção do aviso prévio e da indenização ao trabalhador demitido.
- (C) precarização nas relações formais de trabalho, porém, sem prejuízo da forma de contagem do tempo de serviço.
- (D) sistema de gerenciamento do processo de produção que ocorre fora dos espaços fabris tradicionais.
- (E) pagamento por produção, com a manutenção do aviso prévio e da indenização ao trabalhador demitido.

Instruções: As informações que seguem referem-se às questões de números 35 a 43.

Em cada uma destas questões são apresentadas três afirmativas (I, II e III). Para responder às questões use a chave de alternativas abaixo.

- (A) As afirmativas I, II e III são corretas.
- (B) Somente a afirmativa I é correta.
- (C) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- (D) Somente as afirmativas I e III são corretas.
- (E) Somente as afirmativas II e III são corretas.

35. O termo “humanismo do trabalho” significa

- I. uma corrente que surge no século XVII, com a predominância da igreja sobre o Estado na regulação das relações sociais.
- II. a utopia de um mundo no qual as condições de produção seriam transparentes a todos os consumidores.
- III. a restauração do sentido do trabalho, mediante o restabelecimento de uma ligação evidente entre o ator, a atividade e o produto.

36. No desenvolvimento de seu trabalho, o assistente social depara-se, inúmeras vezes, com cidadãos desprovidos de meios para garantir o atendimento às necessidades básicas. É fundamental considerar que a assistência social, enquanto política pública de direito do cidadão e de dever do Estado, tem por objetivos

- I. a promoção da integração ao mercado de trabalho e a concessão do benefício de um salário mínimo mensal ao idoso e à pessoa portadora de deficiência, sem condições de ter provida sua manutenção por sua família ou por si próprio.
- II. a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e a habilitação e reabilitação da pessoa portadora de deficiência.
- III. a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário e aos idosos abaixo de 65 anos, com a concessão de um salário mínimo mensal.

<p>37. Analise:</p> <p><i>Subiu a construção como se fosse máquina Ergueu no patamar quatro paredes sólidas Tijolo com tijolo num desenho mágico Seus olhos embotados de cimento e lágrima Sentou pra descansar como se fosse sábado Comeu feijão com arroz como se fosse um príncipe Bebeu e soluçou como se fosse um naufrago Dançou e gargalhou como se ouvisse música E tropeçou no céu como se fosse um bêbado E flutuou no ar como se fosse um pássaro E se acabou no chão feito um pacote flácido Agonizou no meio do passeio público Morreu na contramão atrapalhando o tráfego</i></p> <p>Este trecho da letra da música <i>Construção</i>, de Chico Buarque, retrata claramente um acidente de trabalho seguido de morte, atualmente protegido por lei. A Constituição Federal de 1988 garantiu, no artigo 201, os seguintes direitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, incluídos os resultantes de acidente de trabalho, velhice e reclusão.</li> <li>II. ajuda à manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda, proteção à maternidade, especialmente à gestante, e proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.</li> <li>III. pensão por morte de segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.</li> </ul>	<p>40. Com a crise no mundo do trabalho, a abordagem sobre os temas de família ganha necessariamente novos contornos e especificidades. Famílias inteiras vêem-se abaladas pelo desemprego estrutural. Os pais perdem seus postos de trabalho, muitas vezes de maneira irrecuperável. Mulheres voltam ao mercado, não mais na figura de complementadoras da renda familiar, mas como principais responsáveis pelo orçamento doméstico. Os filhos, por sua vez, vivem o assombro de uma sociedade que ameaça não lhes abrir espaço no mercado formal de trabalho, a despeito de toda a dedicação e investimentos eventualmente realizados pela família em sua formação educacional e profissional (Guimarães e Almeida, 2003).</p> <p>Diante desse quadro de aguda vivência da pobreza e das demais formas de exclusão social, faz-se necessário o desenvolvimento de mecanismos que considerem a real situação das famílias com as quais se pretende trabalhar. Uma das propostas de intervenção – de caráter multiprofissional – que tem emergido nos últimos anos é o trabalho grupal com famílias, pois este possibilita a reflexão sobre</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. os modelos e os papéis sociais e familiares.</li> <li>II. a falência da concepção da família como espaço privilegiado de socialização.</li> <li>III. a busca do pleno exercício da cidadania.</li> </ul>
<p>38. Ao analisar a inserção de adolescente aprendiz em programas de profissionalização, o assistente social deve observar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. a garantia de acesso ao ensino regular e o acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários.</li> <li>II. o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, bem como a capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.</li> <li>III. se as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando se sobrepõem ao aspecto produtivo.</li> </ul>	<p>41. O planejamento estratégico é uma ferramenta do processo de administração estratégica e tem as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. orienta e preside as principais decisões de uma organização e é um instrumento para a definição dos domínios de atuação da organização.</li> <li>II. estabelece o propósito da organização em termos de missão, objetivos, programas de ação e prioridades de alocação de recursos.</li> <li>III. otimiza oportunidades e forças e diferencia as tarefas gerenciais dos vários níveis hierárquicos da organização.</li> </ul>
<p>39. Um projeto interdisciplinar de trabalho ou de ensino consegue captar a profundidade das relações conscientes entre pessoas e coisas (Fazenda, 1991).</p> <p>Neste sentido, o assistente social, ao priorizar o trabalho em equipe, deve</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. construir multidisciplinarmente verdades acabadas.</li> <li>II. defender os princípios da democratização das estruturas e reconhecer a importância da contribuição dos demais profissionais.</li> <li>III. construir a prática de forma coletiva, juntamente com a população usuária.</li> </ul>	<p>42. O Código de Ética do Assistente Social, ao tratar das relações profissionais, especifica deveres em diferentes âmbitos. No que concerne ao campo da Justiça, está postulado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. apresentar à Justiça, quando convocado na qualidade de perito ou testemunha, as conclusões de seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos contidos no referido código.</li> <li>II. comparecer perante a autoridade competente, quando intimado a prestar depoimento, para declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional nos termos deste Código e da legislação em vigor.</li> <li>III. depor, como testemunha, sobre situação sigilosa a respeito do usuário da qual tenha conhecimento no exercício profissional.</li> </ul>



43. Alguns procedimentos e instrumentos são utilizados pelo assistente social no exercício de sua profissão, sobretudo no Poder Judiciário. São eles: estudo social, perícia social, laudo social e parecer social. Tais instrumentos são considerados metodologia de trabalho
- I. de domínio específico e exclusivo do assistente social e que permite dar visibilidade às dinâmicas dos processos sociais que constituem o viver dos sujeitos.
  - II. de domínio específico e exclusivo do assistente social e que permite o conhecimento dos anseios e preocupações dos usuários.
  - III. que, muito embora sejam utilizadas pelo assistente social com o objetivo de explicitar a situação-problema, não são de utilização exclusiva deste profissional.
44. O assistente social, ao realizar seu trabalho, tem sido chamado para prestar assessorias no âmbito do judiciário. Nesses casos, este profissional poderá:
- (A) realizar estudo de caso em busca de precedentes, a fim de instruir novos processos, e não incorrer em erro de praticar injustiças sociais conseqüentes de utilização de critérios diferentes para situações semelhantes e nem de critérios semelhantes para situações diferentes.
  - (B) dispor de um conjunto de conhecimentos que agreguem informações de todas as áreas de atuação e que possibilitem aos diretores tomarem as medidas cabíveis nas circunstâncias de defesa de direitos.
  - (C) organizar um conjunto de conhecimentos relativos aos aspectos subjetivos dos sujeitos por ele atendidos, uma vez que tais aspectos tendem a superar as questões objetivas.
  - (D) dispor as informações e os conhecimentos sobre as várias formas de manifestações das desigualdades sociais e exclusão social e sua vivência pelos indivíduos sociais e, com isso, transformar os espaços de trabalho em espaços efetivamente públicos.
  - (E) dispor as informações e os conhecimentos sobre as várias formas de manifestações das desigualdades sociais e exclusão social, porém, em hipótese nenhuma, tratar da vivência pelos indivíduos sociais, e, com isso, transformar os espaços de trabalho em espaços efetivamente públicos.
45. O Assistente Social, atuando no âmbito da previdência, terá como diretriz:
- (A) averiguação *in loco* das condições de vida dos aposentados por invalidez, com objetivo de articular o benefício à garantia da qualidade de vida.
  - (B) participação do beneficiário na implementação e no fortalecimento da política previdenciária em articulação com as associações e entidades de classe.
  - (C) concessão de benefícios temporários nos casos de demora nas resoluções dos peritos, quando da análise do auxílio doença.
  - (D) garantia da melhor efetividade social, diminuindo custos e ampliando benefícios aos segurados.
  - (E) revisão dos benefícios assistenciais, quando forem negados nos processos periciais por não serem considerados os aspectos da condição de vida.
46. A coordenação da política de saúde do trabalhador e a definição de critérios para o controle das condições e dos ambientes de trabalho são competências
- (A) do Ministério do Trabalho.
  - (B) das CIPAs e das equipes de recursos humanos de cada empresa.
  - (C) das Varas do Trabalho.
  - (D) do Tribunal Regional do Trabalho.
  - (E) do Sistema Único de Saúde.
47. A reserva de vagas no mercado de trabalho para pessoas portadoras de deficiência deve ser assegurada
- (A) no setor não-estatal e no setor industrial.
  - (B) no setor privado e na administração pública.
  - (C) nas organizações da sociedade civil de interesse público.
  - (D) prioritariamente nas empresas que desenvolvem projetos de responsabilidade social.
  - (E) prioritariamente nas organizações do terceiro setor.
48. De acordo com o Estatuto do Idoso, é assegurada à pessoa com mais de sessenta anos de idade
- (A) o atendimento em todas as instâncias judiciais no foro de domicílio do idoso.
  - (B) o atendimento especial nas ações cíveis e criminais fundadas em interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos.
  - (C) a expedição de mandado de segurança contra instituições de atendimento a idosos que descumprirem os dispositivos constantes neste Estatuto.
  - (D) a prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução de atos e diligências judiciais.
  - (E) a proposição de ação indenizatória por responsabilidade e ofensa contra órgão do setor público ou privado que negar a alguém, por motivo de idade, sobretudo emprego ou trabalho.
49. Especialmente após a promulgação da “Constituição Cidadã”, a família tem sido considerada como destinatária preferencial de diversos programas sociais. No seu cotidiano profissional, o assistente social tem como um de seus desafios
- (A) conceber a família em suas múltiplas configurações e apreender suas particularidades como pertencentes a diferentes camadas sociais.
  - (B) discutir o atual processo de modernização e as transformações no seio da família, tornando-a agente principal da exclusão social no país.
  - (C) conceber a família como instituição da macro-estrutura social e refletir sobre seu protagonismo na contemporaneidade.
  - (D) ter como pressuposto básico a identificação da incidência da violência social nas relações intra e inter familiares.
  - (E) estimular as famílias a buscarem soluções imediatistas, face aos poucos recursos destinados aos projetos de enfrentamento à pobreza.

<p>50. A política de assistência social, inserida na seguridade social a partir de 1988, tem sua organização pautada no sistema descentralizado e participativo. As entidades e organizações de assistência social devem</p> <p>(A) prestar contas de suas receitas, despesas e ações ao órgão gestor municipal, a cada biênio.</p> <p>(B) requerer ao órgão gestor municipal permissão para contratar profissionais da área social por meio de processo seletivo.</p> <p>(C) estar inscritas no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social.</p> <p>(D) incluir em seu estatuto a condição de entidade filantrópica.</p> <p>(E) fazer constar em seu estatuto, explicitamente, o nome de seus representantes no Conselho Municipal de Assistência Social.</p>	<p>54. O planejamento estratégico tem sido utilizado como instrumental de intervenção do serviço social e pode ser empregado com o objetivo de</p> <p>(A) hierarquizar as ações por ordem de importância gerencial e técnica para futuras ampliações e redefinições de rumos no trabalho, de acordo com as disposições de seus dirigentes.</p> <p>(B) racionalizar e dar direção à necessidade de redefinições futuras de uma organização, setor ou atividade, e tem se constituído como importante elemento de influência em nível técnico e político.</p> <p>(C) organizar planos, programas e projetos de acordo com os objetivos gerais da empresa, porém isento do aspecto político.</p> <p>(D) ampliar a discussão dos principais problemas da instituição e definir os métodos de atuação, especificamente no campo político.</p> <p>(E) avaliar o desempenho individual dos funcionários e usuários de uma determinada instituição sob a influência de nível técnico e político.</p>
<p>51. Dentre as diretrizes da política de atendimento previstas na Lei nº 8.069/90, consta a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, concebidos como</p> <p>(A) consultivos e propositivos dos programas referentes à criança e ao adolescente nas três instâncias.</p> <p>(B) órgãos governamentais, encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.</p> <p>(C) órgãos responsáveis por disciplinar a entrada e permanência de crianças e adolescentes, desacompanhados dos responsáveis, em estádios, estúdios cinematográficos, bailes, boates e congêneres.</p> <p>(D) responsáveis pela elaboração de programas de apoio sócio-educativo nas três esferas.</p> <p>(E) deliberativos e controladores das ações em todos os níveis.</p>	<p>55. Diante do impacto da crise fiscal do Estado, cada vez mais os governos têm sido pressionados pela comunidade nacional e internacional, pela sociedade civil organizada e pelos usuários dos serviços sociais a apresentar maior efetividade no gasto público e maior eficácia e eficiência nos programas ofertados. A avaliação de políticas públicas constitui-se em procedimento estratégico e imprescindível para</p> <p>(A) melhorar as políticas e a ação do Estado, recomendando e sugerindo modificações na formulação, na implementação e nos resultados.</p> <p>(B) verificar se o Estado tem pautado suas ações nos princípios da universalização.</p> <p>(C) modificar o quadro de pessoal que atua nessas políticas, criando novos espaços para a ampla participação dos voluntários.</p> <p>(D) analisar o cumprimento dos dispositivos jurídicos que regem a administração pública.</p> <p>(E) possibilitar aos usuários a expressão de dificuldades em relação ao desempenho do profissional, que é fator primordial no acesso às políticas.</p>
<p>52. As modernas propostas no campo da administração de serviços, sobretudo no setor público, têm exigido dos seus gestores</p> <p>(A) exercício da liderança democrática e formação neutra.</p> <p>(B) exercício de liderança democrática e formação valorativa.</p> <p>(C) postura à margem do exercício valorativo.</p> <p>(D) liderança orientada para a eficiência micro.</p> <p>(E) organização e condução voltadas para a prática, de acordo com sua visão.</p>	<p>56. A complexidade da dinâmica dos atuais processos sociais traz à baila ao assistente social a necessidade de ampliar sua capacidade de conhecimento e de intervenção na realidade. Para tanto, faz-se necessário</p> <p>(A) dominar os fenômenos subjetivos que interferem na vida dos sujeitos.</p> <p>(B) priorizar a dimensão técnico-operativa da profissão.</p> <p>(C) reforçar as atribuições específicas da categoria profissional.</p> <p>(D) realizar investigações e pesquisas.</p> <p>(E) contratar assessorias especializadas, que tragam a dimensão da totalidade da realidade.</p>
<p>53. Segundo Prestes Motta, organização pode ser definida como</p> <p>(A) um sistema necessariamente descentralizado de poder e convencionalidade de regras e normas.</p> <p>(B) uma relação estabelecida entre sujeitos com as mesmas condições de decisão.</p> <p>(C) um sistema social racional, ou seja, um sistema social no qual a divisão do trabalho é racionalmente realizada tendo em vista aos fins visados.</p> <p>(D) um sistema social racional no qual a divisão do trabalho não pode ser aplicada, na medida em que esta corrói a razão do trabalho.</p> <p>(E) um conjunto de regras que contenham direitos e deveres de todos os seus sujeitos, com vistas à construção de objetivos comuns.</p>	

57. Durante sua atuação no Tribunal Regional do Trabalho, o assistente social foi chamado a oferecer o parecer social em uma ação rescisória. O parecer social caracteriza-se por tratar-se de
- (A) processo metodológico para conhecer em profundidade o caso em questão e, nesta situação, especificamente, aspectos da legislação trabalhista.
  - (B) opinião isenta de julgamento, a fim de caracterizar a cientificidade do parecer, respeitando as referências teóricas das mais variadas ciências.
  - (C) esclarecimentos analíticos, com base no conhecimento específico do serviço social; trata-se de exposição e manifestação sucinta, enfocando objetivamente a questão ou a situação social analisada.
  - (D) relatório circunstanciado do caso, sem constar opinião do assistente social, com intuito de não apontar para tendência alguma.
  - (E) opinião profissional do assistente social, sem apresentar uma situação específica, fornecendo elementos para melhor avaliação da ação em questão.

58. A luta pela democracia, bem como pela consolidação da cidadania, é uma tarefa primordial para toda a sociedade e também para os assistentes sociais, visto que estes atuam nos processos de
- (A) fiscalização e controle das políticas de caráter municipal.
  - (B) manutenção do *status quo*.
  - (C) revisão da concessão de benefícios sociais.
  - (D) manutenção e ampliação dos direitos sociais.
  - (E) ampliação da flexibilização das relações trabalhistas.

59. Diante do agravamento da questão social, da crise do Estado e da luta pela democratização do país, após a Constituição Federal de 1988 instituíram-se mecanismos de transferência de parcelas do poder do Estado para a sociedade civil, visando a publicização na formulação e na gestão das políticas sociais. Estamos nos referindo
- (A) à refilantropização.
  - (B) à organização da sociedade civil de interesse público.
  - (C) às câmaras setoriais.
  - (D) às redes de serviços.
  - (E) aos conselhos de políticas públicas.

60. *No terreno das lutas populares (...) se enuncia uma legalidade emergente construída nas formas negociadas de arbitragem de conflitos, nas quais se processa, ali onde havia antes o jogo bruto da força, uma jurisprudência informal que opera com critérios de justiça substantiva, reinterpreta princípios da lei e cria novos direitos, com o que o próprio sentido da lei se redefine com referência pública de legitimação de demandas diversas e generalização na consciência dos direitos". (Telles, 1994)*

Considerando que os direitos refletem a dinâmica societária e expressam o modo como as relações sociais se estruturam, a recente configuração das relações entre Estado, economia e sociedade é designada como

- (A) nova contratualidade.
- (B) cidadania planetária.
- (C) Reforma do Estado.
- (D) nova pobreza.
- (E) justiça distributiva.